

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO



PUC-SP

Raul Martins Paniaga
RA00316820

**O recrudescimento religioso na Revolução Iraniana e suas
consequências sociais e internacionais.**

SÃO PAULO
2025

Raul Martins Paniaga

O recrudescimento religioso na Revolução Iraniana e suas consequências
sociais e internacionais.

Dissertação apresentada à banca
examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para
obtenção do título de graduação em
Relações Internacionais sob a
orientação do prof, dr. Tomaz de
Oliveira Poliello.

São Paulo

2025

Abstract

This research aims to analyze the social consequences of Islamic fundamentalism on Iranian society and its foreign policy. To achieve this, it will be necessary to examine the pre-revolutionary Iranian society to understand the process of Islamization triggered by the revolution, highlighting the role of Islam and social groups. The guiding question of this project is: what are the social consequences of religious radicalization in Iran? To address this question, the research will be divided into three parts. First, a survey of historical documents from the pre-revolution period, including journalistic materials, historical bibliographies, and economic and social indices, will be conducted. The second part will analyze the revolution itself using the same methods. Finally, a critique of the post-revolution Iranian model will be developed, emphasizing the main points of rupture and disconnection between the fundamentalist state and Iranian society.

Keywords: Iran, fundamentalism, religion, Iranian Revolution, Islam.

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as consequências sociais do fundamentalismo islã na sociedade iraniana e na política externa. Logo, será necessário um escopo temporal da sociedade pré-revolução iraniana, a fim de entender o processo de islamização a partir da revolução; evidenciando o papel do islamismo e os grupos sociais. A pergunta que guiará esse projeto será; quais as consequências sociais do recrudescimento religioso no Irã? Para responder essa questão a pesquisa será estruturada em três partes, primeiro será feito um levantamento de documentos históricos do processo pré-revolução com matérias jornalísticas da época, bibliografia histórica, índices econômicos e sociais, a segunda parte será analisar pelos mesmos métodos a resolução em si e por fim, tecer uma crítica ao modelo iraniano pós-revolução evidenciando os principais pontos de ruptura e descompasso entre o estado fundamentalista e a sociedade iraniana.

Palavras-Chave: Irã, fundamentalismo, religiosa, Revolução Iraniana, Islã.

Sumário

Introdução:	6
Capítulo 1 – Causas políticas e sociais da Revolução Iraniana	9
Capítulo 2 - Islã Xiita por Ruhollah Khomeini	13
Capítulo 4 – A Política externa Iraniana	19
Capítulo 5 – O Irã teocrata na geopolítica contemporânea	22
Conclusão	25
Referências bibliográficas:	28

Introdução:

Grande expoente do Islã e uma das civilizações mais antigas, o Irã é um exemplo de sucesso no Oriente Médio por instituir em uma revolução social um Estado teocrata fundamentado no islã de maioria Xiita. É considerado um país territorialmente grande e populoso para os padrões do oriente médio, o Irã se destaca por sua história milenar e sua importância geográfica na região. Principal rota que liga o oriente ao ocidente além de possuir grandes reservas minerais, de gás natural e petróleo.

Por sua relevância econômica e geopolítica o Irã se mantém em evidência ao longo de sua história, o processo de recrudescimento religioso que ocorreu é a chave para entender o processo revolucionário que de 1978-1979 e as drásticas mudanças sociais, econômicas e burocráticas do país decorrentes desse processo.

Até 1935 o país era chamado de Pérsia quando o Xá Reza Khan instituiu o nome Irã, que na língua persa significa terra dos arianos. Époça em que o país começa a se ocidentalizar e adquirir características da cultura americana e inglesa, período em que Ingleses encontraram as grandes reservas de petróleo que passou a serem exploradas intensamente, desde então é a principal fonte de receita do país, que na época estava sobre propriedade inglesa. Situação que gerava empobrecimento da população, desgastando a imagem do regime vigente. Após a segunda Guerra, no governo de Xá Reza Pahlevi, o primeiro-ministro Mohammed Mossadegh nacionaliza o petróleo desagradando os ingleses que impuseram embargos ao Irã, em um contexto de guerra fria as políticas nacionalistas de Mossadegh passam a desagradar aos Estados Unidos que a intervém na política interna para derrubar o primeiro Ministro Mossadegh.

Xá Reza Pahlevi destituiu o Mossadegh e desnacionalizou o petróleo com apoio dos EUA e das elites, desagradando grande parte da população que não aceitava influência ocidental no país. Desde então os iranianos passam a enxergar os EUA como grandes inimigos do país pois estavam cada vez mais influentes na sua economia e cultura, período em que foi instituído projetos para diminuir a influência religiosa nas escolas e aumentar a participação de mulheres na política.

Nesse contexto surge a principal figura da revolução Islâmica o Aiatolá khomeini, o expoente religioso xiita que expressava e liderava o movimento insatisfação com o

regime dos Xás, ele uniu os opositores da ocidentalização e da crescente participação feminina na sociedade. A insatisfação popular também foi agravada pela economia inflacionária e pelo aumento do custo de vida após o primeiro choque do petróleo.

Grandes manifestações populares exigiram a renúncia e a mudança de governo, levando o Xá Reza Pahlevi a se exilar nos EUA. Houve brigas internas entre os moderados e os conservadores pelo poder, os conservadores vencem as disputas. O Aiatolá Khomeini ascendeu como o novo líder do Irã, em um processo conhecido como Revolução Iraniana ou Revolução Islâmica. O Irã tornou-se um país teocrático, com leis baseadas no Alcorão. O ensino passou a ser religioso e qualquer influência ocidental, como filmes ou músicas, foi proibida. Os direitos civis e das mulheres foram amplamente restringidos, reduzindo o papel das mulheres ao lar e impondo códigos de vestimenta rígidos e severas leis de punição.

Apesar do sucesso da revolução em tornar o Estado teocrata Xiita, o regime enfrenta grandes instabilidades ao longo desses 40 anos, em um cenário de deterioração econômica por conta dos embargos comerciais impostos pelos EUA e seus aliados, por conta do enriquecimento de urânio e o descumprimento dos Direitos Humanos.

O contexto da guerra Rússia Ucrânia agravou ainda mais o cenário econômico que elevou o preço dos alimentos. Além disso, há índices altos de desaprovação do governo, apesar de ser uma teocracia autoritária há eleições mesmo que de fachada, nas últimas eleições menos da metade dos eleitores votaram, número mais baixo desde a revolução de 1979, “Cerca de 25 milhões dos 61 milhões de eleitores participaram, o que representa uma taxa de 41%, disse o ministro do Interior, Ahmad Vahidi”(G1, 04/03/2024).

Parte da insatisfação deve-se ao regime reprimir e sufocar qualquer manifestação popular que desrespeite o alcorão e as leis de costumes impostas pelo estado. As recentes manifestações contra a “polícia da moralidade” no caso do assassinato da iraniana Mahsa Amini evidenciam a brutalidade e o descompasso do regime com grande parte da sociedade.

Portanto este projeto busca destrinchar as etapas do processo de fundamentalização do Irã durante a Revolução de 1979, estudando o papel do islã na política, cultura, economia e sobretudo na sociedade iraniana, tendo como objetivo analisar os impactos na sociedade.

Para esse projeto de pesquisa é necessária uma ampla bibliografia histórica e análise documental, já apontada anteriormente, a fim de traçar uma linha do tempo de acontecimentos desde a pré-revolução iraniana. Como objetivo de analisar os impactos dos acontecimentos na sociedade e o papel de cada sujeito no processo de fundamentalização do Irã.

O principal autor para analisarmos o processo histórico será Ervand Abrahamian, para entendermos o papel da sociedade Pré-revolução, com suas obras já citadas. Para analisar as intervenções estrangeiras no Irã pré-revolução, vou utilizar "Iran: A People Interrupted" de Hamid Dabashi. A obra explora as intervenções sofridas pelo país pela Inglaterra e Rússia pré-revolução.

No aspecto religioso utilizarei a obra "Iran: A Modern History" (2017) do Abbas Amanat, que analisará a implementação da teocracia Xiita na sociedade até então ocidentalizada.

Logo, utilizarei diferentes perspectivas teóricas e análises do momento histórico. A fim de elucidar o momento social com base em relatórios do Banco Mundial, FMI, PNUD e dados de PIB e IDH.

A estrutura deste trabalho está organizada em cinco capítulos principais, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo aborda as causas políticas e sociais que culminaram na Revolução Iraniana, analisando o contexto histórico e os fatores que contribuíram para o descontentamento popular. O segundo capítulo explora o papel do Islã xiita na ideologia de Ruhollah Khomeini, destacando a construção do conceito de governo teocrático e sua implementação no Irã pós-revolução. No terceiro capítulo, discute-se a relação entre o islamismo xiita e a política iraniana, enfatizando como a religião moldou a identidade nacional e influenciou as decisões políticas internas. O quarto capítulo analisa a política externa iraniana após a revolução, com foco na tentativa de exportar os ideais revolucionários e na interação do Irã com o sistema internacional. Por fim, o quinto capítulo examina o papel do Irã teocrático na geopolítica contemporânea, avaliando suas estratégias de influência regional e os desafios enfrentados no cenário global. Essa organização busca oferecer uma análise abrangente e crítica sobre o recrudescimento religioso no Irã e suas consequências sociais, políticas e internacionais.

Capítulo 1 – Causas políticas e sociais da Revolução Iraniana

A história moderna do Irã pode ser traçada a partir da Revolução Constitucional de 1906, que marcou a primeira tentativa do país de limitar o poder absolutista da monarquia Qajar. Essa revolução resultou na criação de uma constituição e de um parlamento (Majles), porém, as reformas foram enfraquecidas pela interferência estrangeira, principalmente do Reino Unido e da Rússia.

A interferência estrangeira no Irã esteve profundamente ligada à exploração do seu petróleo, um recurso descoberto em 1908, que logo se tornou estratégico para as potências ocidentais. O Reino Unido, em particular, desempenhou um papel central ao criar a Anglo-Persian Oil Company (AIOC), que mais tarde se tornaria a British Petroleum (BP). Essa empresa garantiu concessões extremamente vantajosas para si, deixando ao Irã apenas uma pequena fração dos lucros. A exploração econômica estrangeira gerou ressentimento entre os iranianos, que viam suas riquezas naturais sendo drenadas em benefício de outros países, enquanto o próprio Irã permanecia subdesenvolvido.

Durante o início do século XX, o Reino Unido e a Rússia dividiram o Irã em esferas de influência, enfraquecendo a soberania do país. O petróleo, essencial para as operações militares e industriais das potências europeias, tornou-se um bem estratégico, especialmente para o Reino Unido, que dependia dele para abastecer a sua marinha durante a Primeira Guerra.

For London, the AIOC had in Iran the world's largest refinery, the second largest exporter of crude petroleum, and the third largest oil reserves. It also provided the British Treasury with £24 million in taxes and £92 million in foreign exchange; supplied the British navy with 85 percent of fuel needs; and the AIOC with 75 percent of its annual profits – much of which went to its shareholders in England as well as to oil ventures in Kuwait, Iraq, and Indonesia. (ABRAHAMIAN, 2008, p118)

A instabilidade política persistiu até 1925, quando Reza Khan, um militar de origem humilde, tomou o poder e estabeleceu a dinastia Pahlavi, tornando-se Reza Shah Pahlavi. Seu governo foi caracterizado por um projeto ambicioso de modernização e centralização do poder, inspirado por líderes como Mustafa Kemal (Atatürk).

Reza Shah buscou transformar o Irã em um Estado-nação forte e independente, enfraquecendo as elites tradicionais, como clérigos xiitas, tribos nômades e grandes latifundiários. Ele implementou reformas que incluíram a limitação da influência do clero e a expansão do controle estatal sobre a economia e a sociedade. Para isso, fundou um exército nacional moderno, que não apenas defendeu o país, mas também impôs a autoridade central

As reformas de Reza Shah promoveram grandes avanços na infraestrutura do país. Ele construiu estradas, ferrovias e edifícios públicos, facilitando a administração e conectando diferentes regiões. A ferrovia Transiraniana é um exemplo emblemático de suas iniciativas. Além disso, ele modernizou a administração pública, profissionalizando os serviços e diminuindo a dependência do Irã em relação às potências estrangeiras.

Em 1925, havia cerca de 30 mil estudantes matriculados em escolas formais. Em 1941, o número subiu para cerca de 250 mil estudantes, um aumento de mais de 700%. Reza Xá também criou a Universidade de Teerã em 1934, a primeira universidade moderna do país.

Reza Xá estabeleceu o Banco Melli (Banco Nacional do Irã) em 1927, o primeiro banco central de fato, que emitiu moeda nacional e reduziu a influência financeira britânica e russa. Reforma tributária: aumentou a receita estatal em cerca de 40% entre 1926 e 1938, com a centralização da arrecadação.

Culturalmente, Reza Shah implementou mudanças significativas, como a imposição do vestuário ocidental, proibindo o uso do véu pelas mulheres em espaços públicos. Essa medida visava projetar uma imagem moderna do Irã, porém gerou forte oposição entre setores conservadores da sociedade. O xá também restringiu a influência do clero xiita, introduzindo códigos legais baseados em modelos ocidentais.

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, Reza Shah foi forçado a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi, devido à ocupação britânica e soviética do Irã. Inicialmente, Mohammad Reza enfrentou desafios para consolidar seu poder, incluindo a crise política envolvendo o primeiro-ministro Mohammad Mossadegh, que nacionalizou a indústria do petróleo em 1951. Mossadegh se destacou como um símbolo de resistência ao imperialismo. Até a década de 1950, a exploração do petróleo iraniano estava sob o controle da Anglo-Iranian Oil Company (AIOC).

Até o final da década de 1940, o Irã recebia entre 10% e 15% do lucro líquido da AIOC. Em 1947, a AIOC obteve um lucro de £40 milhões, mas o Irã recebeu apenas £7 milhões, ou seja, 17,5%. A insatisfação iraniana aumentou, especialmente ao comparar com o Acordo de 50-50 de 1950 entre a Arábia Saudita e a ARAMCO, que serviu de inspiração para o movimento nacionalista iraniano.

Em 1950, a receita anual do governo iraniano advinda da AIOC era cerca de £16 milhões. Estima-se que a AIOC tenha obtido lucros líquidos de aproximadamente £200 milhões entre 1935 e 1950, enquanto o Irã ficou com menos de 20% desse total.

Em 1951, Mossadegh foi eleito primeiro-ministro pelo parlamento iraniano, com amplo apoio popular. Pouco depois de assumir a carga, ele liderou a aprovação de uma lei que nacionalizou a indústria do petróleo, criando a National Iranian Oil Company (NIOC). Essa medida cerrou o controle britânico e foi recebida com entusiasmo pela população iraniana, que via o ato como um passo crucial para recuperar a independência do país.

No entanto, a nacionalização do petróleo provocou uma grave crise internacional. O Reino Unido, que dependia do petróleo iraniano para abastecer sua economia, retaliou. O governo britânico impôs barreiras econômicas ao Irã e um bloqueio naval para impedir que o país exportasse petróleo. Isso resultou em uma queda drástica na receita do governo iraniano, afetando a economia.

Apesar de seu sucesso inicial, Mossadegh desenvolveu desafios crescentes internos e externos. Internamente, ele desafiou a oposição de várias facções poderosas, incluindo o xá Mohammad Reza Pahlavi, o clero xiita e os grandes proprietários de terras,

Em 1953, um golpe apoiado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido (Operação Ajax) derrubou Mossadegh e fortaleceu a posição do xá.

A partir desse momento, Mohammad Reza Pahlavi aprofundou um regime autocrático, concentrando poderes e promovendo a chamada Revolução Branca na década de 1960. Essa série de reformas visava modernizar o país através da redistribuição de terras, industrialização e ampliação da educação. No entanto, as reformas exacerbavam as desigualdades sociais e alienavam tanto a elite tradicional quanto o clero xiita, que viam o processo como uma ameaça à identidade islâmica do país.

Nesse período que Aiatolá Ruhollah Khomeini futuro líder da Revolução Iraniana é exilado. Em junho de 1963, Khomeini proferiu um discurso enfático em Qom, criticando diretamente o xá e o apoio norte-americano ao regime. Isso resultou na sua primeira prisão e desencadeou protestos violentos, reprimidos com centenas de mortos. Este evento ficou conhecido como o Levantamento de 15 de Khordad.

A insatisfação cresceu ao longo das décadas de 1960 e 1970, devido à repressão política promovida pelo serviço secreto SAVAK, à corrupção do regime e à dependência excessiva dos Estados Unidos. A crise do petróleo de 1973 trouxe um influxo de capital que foi mal administrado, aumentando a inflação e ampliando a insatisfação popular. O aiatolá Ruhollah Khomeini emergiu como um líder da oposição, articulando um discurso contra o regime e promovendo a ideia do velayat-e faqeh (governo dos juristas islâmicos), que desafiava diretamente a monarquia xiita.

Ayatollah Ruhollah Khomeini, who as a young mullah had strongly opposed Mossadegh, emerged in the late 1970s as Mohammad Reza Shah's most potent enemy. The Shah had sent him into exile in 1964, but from Turkey, Iraq, and finally Paris, he continued preaching his fundamentalist message. (KINZER, 2003, p. 196)

Durante seu período de exílio no Iraque, Khomeini inicia uma série de publicações sobre o conceito de Governo do Jurista, que se torna essencial para a ideologia da Revolução. O termo Wilayat (ou Velayat, em persa), conforme aponta AMANAT (2017), possui um significado complexo que abrange aspectos legais, míticos e históricos. Na jurisprudência islâmica xiita, o líder, conhecido como faqih, tem uma série de responsabilidades legais que o qualificam como guardião, advogado público ou legatário, funções que podem ser comparadas a certos papéis em um sistema jurídico contemporâneo.

Em 1979, uma onda de protestos populares culminou na Revolução Islâmica. O xá fugiu do país, e Khomeini retornou do exílio para estabelecer a República Islâmica do Irã.

The revolution erupted not because of this or that last-minute political mistake. It erupted like a volcano because of the overwhelming pressures that had built up over the decades deep in the bowels of Iranian society.” (ABRAHAMIAN, 2008, p. 155)

Abrahamian destaca que a revolução teve múltiplas causas, incluindo a repressão política, as desigualdades econômicas e o ressentimento contra a influência estrangeira. Após a revolução, o novo regime rapidamente consolidou seu poder, eliminando opositores e estabelecendo uma teocracia baseada nos princípios do islã xiita.

Capítulo 2 - Islã Xiita por Ruhollah Khomeini

Khomeini argumenta a favor da criação de um Governo Islâmico, levando em conta as condições sociais enfrentadas pelos muçulmanos, com ênfase nas instituições educacionais e na situação da maioria da população iraniana durante a Revolução Branca. Ele destaca a profunda desigualdade social resultante, em grande parte, da reforma agrária do Xá e da intensa ocidentalização da cultura, especialmente no que se refere ao modo de vida das mulheres no Irã. Essas condições, segundo Khomeini, têm raízes históricas ligadas à má interpretação do Islã promovida por aqueles considerados inimigos imperialistas. De acordo com Demant (2018, p. 235), na perspectiva de Khomeini, “[...] a influência nociva das ideias ocidentais constituía a maior ameaça ao Irã”.

Para justificar a urgência do estabelecimento de um governo islâmico fundamentado no Alcorão, Khomeini apresenta o Profeta Maomé como uma figura de relevância política, transcendente ao seu papel religioso. Assim, Khomeini argumenta que a Sunnah e o exemplo do Profeta servem como as primeiras evidências da necessidade de um Governo Islâmico. O Profeta, como líder político, “se comprometeu com a implementação das leis, a promoção dos preceitos do Islã e a administração da sociedade. [...] Em síntese, ele desempenhou todas as funções de um governante” (KHOMEINI, 1971, p. 18). Além disso, Khomeini ressalta que Deus, por meio do Profeta, teria escolhido um líder para governar a sociedade islâmica após sua morte, reforçando assim a ideia da continuidade da necessidade de um governo.

O novo governo reverteu diversas políticas implementadas pelo regime anterior, entre elas a Lei de Proteção à Família, restabelecendo a idade mínima para o casamento de meninas em treze anos. Além disso, passou a impor normas de conduta à população, incluindo regras sobre a vestimenta, e instaurou uma forte censura sobre jornais, livros, filmes e qualquer manifestação que demonstrasse apoio a valores seculares ou à

monarquia. Até mesmo a escolha dos nomes para os filhos foi restringida, ficando sujeita às diretrizes impostas pelo novo regime (ABRAHAMIAN, 2008).

O Líder Supremo ocupa a posição mais alta no sistema, exercendo responsabilidade e influência sobre os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Sua influência se manifesta, em grande parte, por meio do Conselho dos Guardiões, que tem a função de assegurar que as atividades estejam em conformidade com a Sharia, a jurisprudência islâmica. No âmbito executivo, o Presidente da República lidera as operações, enquanto o Chefe do Judiciário supervisiona o sistema de justiça, que inclui o Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal. O eleitorado, por sua vez, possui o direito de eleger seus representantes para o Parlamento, que corresponde ao poder legislativo, assim como de escolher o presidente. Contudo, todos os candidatos eleitos pelo povo precisam da aprovação do Líder Supremo para serem efetivados.

A principal característica desse processo de consolidação do novo Estado Xiita do Aiatolá Khomeini é a recusa em formar alianças, tanto com nações ocidentais quanto com os blocos comunistas no Oriente Médio, visando principalmente a propagação da Revolução. Um dos exemplos mais significativos desse esforço contra o Ocidente foi a invasão da embaixada dos Estados Unidos em Teerã, em novembro de 1979, onde funcionários americanos foram mantidos como reféns por 444 dias, resultando em uma grave crise diplomática entre os dois países.

Em resposta à postura expansionista e intervencionista do Irã, não apenas os países vizinhos, mas também outros atores no cenário internacional reagiram à consolidação do Governo Islâmico. A primeira reação foi a invasão do Irã pelo Iraque. Além disso, os aliados dos Estados Unidos também se opuseram ao Irã, especialmente após a invasão da embaixada americana.

O islamismo xiita desempenha um papel fundamental como elemento de coesão social no Irã. Tão enraizado na história do país e na formação de sua identidade nacional, ele já marcava o nacionalismo iraniano muito antes das tensões que culminaram na Revolução Islâmica. Para os iranianos, a identidade xiita representa uma herança histórica deixada pelo Império Safávida à antiga Pérsia.

A partir do século XVI, a identidade cultural dos iranianos passou a incorporar de maneira profunda o islamismo, percepção que se mantém até os dias atuais. Essa consciência religiosa se mostrou particularmente significativa durante o governo do Xá

Reza Pahlavi, período em que se observou uma intensa oposição popular ao regime. Durante as décadas de 1960 e 1970, no contexto da Revolução Branca, as tensões sociais e políticas podem ser compreendidas como reflexo dessa profunda religiosidade, já que grande parte da população, mesmo diante das reformas modernizadoras, não se sentia satisfeita apenas com avanços materiais, como aponta Armstrong (2001, p. 338): “[...] a revivescência religiosa do país revelou que muita gente não se contentava com essas conquistas exteriores”.

Além disso, a modernização inspirada pelo Ocidente e pelos Estados Unidos era percebida pelos iranianos como uma ameaça aos princípios da moral islâmica. A liberdade material trazida por esse processo era vista como vazia e contrária aos valores tradicionais. Como afirma Armstrong (2001, p. 338), “[...] o iraniano que se sentia preso na superfície material da existência achava que perdera a alma”.

Demant (2018, p. 299) defende que o fundamentalismo deve ser compreendido não apenas como uma ideologia política, mas também como um movimento social. No contexto islâmico, esse fundamentalismo propõe um modelo teocrático de sociedade em oposição direta aos valores e símbolos centrais do Ocidente, especialmente o secularismo e o individualismo. De acordo com o autor, o fundamentalismo muçulmano “[...] transforma o Islã de religião em ideologia” (Demant, 2018, p. 302), alimentando um desejo contínuo de remodelar o mundo segundo aquilo que entende ser a essência genuína do ser muçulmano.

Apesar da forte presença da religião islâmica, a Revolução Iraniana não teve como principal motor a fé muçulmana nem foi exclusivamente motivada por ela. Seu surgimento foi, antes de tudo, resultado das intensas manifestações políticas e sociais impulsionadas pela insatisfação popular diante da administração do Xá. Os revolucionários iranianos exigiam não apenas princípios religiosos, mas também valores associados à modernidade, como o liberalismo e a democracia. Nesse sentido, Armstrong (2001, p. 338) observa que a Revolução “[...] não teria sucesso sem a colaboração de muitos secularistas, que, embora não sofressem de mal-estar espiritual, uniram-se aos ulemás só para livrar-se do Xá”.

Amanat (2017) complementa essa análise ao apontar que Khomeini soube aproveitar o acúmulo de descontentamento contra o Xá para consolidar seu domínio político. O próprio regime autoritário do monarca abriu caminho para a eclosão da revolta

popular, embora a falta de autonomia política da classe média iraniana explique, em parte, a ascensão de uma liderança como a de Khomeini, tratado quase como um semi-profeta. Quando a Revolução recebeu a designação de "Islâmica" e deu origem à República Islâmica, o termo "islâmico" passou a significar mais que a preservação da moral religiosa em face de um sistema secular; representava, na verdade, a criação de um Estado radical, fundamentado em bases teocráticas e fortemente marcado por um sentimento anti-ocidental.

Capítulo 3 – O Islamismo xiita e a Política Iraniana

Scott Thomas (2005), em sua obra intitulada "The Global Resurgence of Religion and the Transformation of International Relations", busca analisar como a religião e a cultura foram historicamente deixadas de lado nos estudos teóricos da ciência política e das relações internacionais. Segundo o autor, essa exclusão está intimamente relacionada ao processo de modernização, que levou à separação entre política e religião, especialmente após os princípios estabelecidos pelo Tratado de Westfália, em 1648.

Nesse contexto, eventos internacionais que carregam valores religiosos, como a Revolução Iraniana de 1979 e, posteriormente, os ataques de 11 de setembro, provocaram novas discussões sobre a interação entre política e religião. Isso exigiu uma revisão no entendimento predominante até então. Para analistas e cientistas políticos da época, acontecimentos como a Revolução no Irã foram imprevistos, já que uma Revolução Islâmica parecia improvável em um país que estava profundamente envolvido em processos de modernização e ocidentalização. Como Thomas (2005, p.1) aponta:

"Uma Revolução Islâmica não deveria ocorrer em um país em desenvolvimento que participava de forma tão completa do processo de modernização e ocidentalização."

Além disso, Thomas observa que, antes do início da revolução, a dimensão cultural e religiosa dos acontecimentos foi ignorada pela elite política responsável pelas decisões. Como ele afirma:

"Antes da revolução começar, a ideia de que havia uma crucial dimensão cultural e religiosa aos eventos que ocorreram - de que realmente era uma reação religiosa à rápida modernização e ocidentalização do regime - foi despercebida pela elite elaboradora de políticas" (THOMAS, 2005, p.2).

De forma complementar, Sandal e Fox (2013), em seu livro "Religion in International Relations Theory: Interactions and Possibilities", apresentam formas pelas quais a religião pode impactar a política internacional. Os autores buscam demonstrar que é possível integrar o estudo da relação entre religião e política às correntes teóricas já existentes nas Relações Internacionais. Como apontam, a religião é um fenômeno complexo e multifacetado, com impactos que transcendem todos os níveis da sociedade e da política. Assim, a influência da religião nas relações internacionais não deve ser considerada de maneira uniforme ou simplista.

O xiismo foi um fator importante na consolidação do Irã como nação-Estado moderna, processo para o qual contribuiu também a iranização de minorias xiitas não pérsicas durante o século XVI. O Irã podia ser um grande Estado e nação desde a Antiguidade, mas foram os safávidas, ao introduzir o xiismo no planalto iraniano, que o muniram das ferramentas necessárias para o período moderno. Com efeito, o Irã revolucionário de fins do século XX e princípios do XXI é uma expressão adequada desse legado poderoso e singular (KAPLAN. 2013, p. 279).

A compreensão do Irã como uma nação islâmica tornou-se parte integrante da identidade cultural iraniana a partir do século XVI, permanecendo relevante até os dias de hoje. Esse aspecto foi especialmente significativo durante o governo do Xá Reza Pahlavi, período em que se observou uma forte oposição ao regime, impulsionada, em parte, por uma visão mais conservadora e religiosa presente na sociedade iraniana. Em outras palavras, nas décadas de 1960 e 1970, durante a implementação da Revolução Branca, as tensões políticas e sociais podem ser analisadas também como reflexos de uma profunda consciência religiosa predominante na população. Apesar das reformas modernizadoras promovidas pelo regime, "[...] a revivescência religiosa do país revelou que muita gente não se contentava com essas conquistas exteriores" (ARMSTRONG, 2001, p.338).

Amanat (2017) argumenta que a Revolução Iraniana de 1979 pode ser comparada, em termos de intensidade, à conquista da Pérsia pelos safávidas e ao estabelecimento do islamismo xiita como religião oficial do país. Considerada uma das mais importantes revoluções da história mundial, ao lado da Revolução Francesa (1789) e da Chinesa (1949), sua relevância vai além da simples derrubada de um regime autoritário e da implementação de uma teocracia. O que a torna especialmente significativa é sua combinação de elementos políticos e religiosos. Diferentemente de outras revoluções políticas ocidentais, que geralmente possuem um caráter secular, a Revolução Islâmica

foi fundamentada em princípios religiosos, ainda que tenha sido motivada por questões sociais e políticas relacionadas ao regime do Xá Reza Pahlavi.

Do ponto de vista regional e global, a Revolução Islâmica do Irã foi a única mobilização popular no mundo muçulmano que conseguiu sustentar e implementar uma agenda ideológica de forma consistente. O estabelecimento subsequente de uma República Islâmica revitalizou o ativismo islâmico dentro da comunidade muçulmana, superando as aspirações nacionalistas e socialistas que marcaram o período pós-colonial. Além disso, a Revolução demonstrou o poder do Islã politizado, unificando a oposição no Irã sob os mesmos princípios e influenciando fortemente outros movimentos islâmicos em países vizinhos (AMANAT, 2017).

O Islã desempenhou um papel central na Revolução Iraniana, funcionando como uma fonte crucial de coesão social. Embora a Revolução tenha sido de natureza islâmica, os fatores que a motivaram foram principalmente políticos e sociais. O nacionalismo iraniano foi intensificado pela repressão do regime do Xá, levando diferentes classes sociais a encontrar, no clero e na religião, o vínculo necessário para alcançar a unidade e concretizar a Revolução. Isso ocorreu até mesmo entre indivíduos que não se opunham à secularização do Irã. É relevante destacar que a Revolução não foi apoiada apenas pela parcela conservadora da sociedade, mas também por comerciantes e pela burguesia iraniana, que se sentiam economicamente prejudicados pelas políticas do Xá.

A proposta de uma República Islâmica foi amplamente aceita pela população, pois o Islã xiita já era parte fundamental da identidade cultural e histórica dos iranianos. Para muitos, apoiar a criação de uma República Islâmica também significava apoiar um movimento nacionalista pró-Irã. Isso representava um retorno aos valores culturais “originais” do país. Entretanto, o que a população não previa era que o novo governo pós-Revolução se tornaria ainda mais opressor do que o regime anterior, sendo que, agora, essa opressão se fundamentava em princípios religiosos.

Ao analisar a relação entre política e religião no Irã pós-Revolução de 1979, fica evidente que esse caso é único e se diferencia de outros países onde a religião também influencia os processos de tomada de decisão. Embora os fatores que levaram à Revolução não tenham sido exclusivamente religiosos, o Islã, aliado aos ideais liderados por Khomeini, desempenhou um papel essencial, não apenas promovendo a coesão social, mas também oferecendo a esperança de um retorno a uma identidade cultural mais

alinhada à história iraniana. Além disso, a Revolução reforçou a ideia de independência do Irã, buscando afastar o país da influência secular e imperialista dos Estados Unidos e reafirmando sua posição de liderança dentro da região do Oriente Médio.

Capítulo 4 – A Política externa Iraniana

O conflito mais marcante do período pós-revolucionário foi a guerra Irã-Iraque (1980-1988). O Iraque invadiu o Irã, e embora a guerra tenha causado enormes prejuízos, Khomeini a utilizou como instrumento na tentativa de exportar a Revolução para o Iraque, acusando Saddam Hussein de estar sob influência do "Grande Satã" e instigando a população iraquiana a depor seu líder.

Shi'a clergyman, Khomeini proclaimed that 'the people and army of Iraq must turn their backs on the Ba'th regime and overthrow it.' In the same speech, Khomeini charged the Iraqi regime with 'attacking Islam and the Quran. (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 483).

A guerra se arrastou por oito anos, levando ambos os países à exaustão, e Khomeini finalmente aceitou o armistício em 1988. Após a guerra, o Irã restabeleceu relações diplomáticas com os principais estados da Europa Ocidental e a retórica sobre a exportação da ordem islâmica foi moderada. O Irã também desenvolveu uma cooperação militar e de negócios com a União Soviética, que fomentou os laços com a Rússia após a queda da URSS. Esse momento é apontado como a ascendência de uma linha pragmática na política externa iraniana.

Antes da revolução, sob o Xá, a relação entre política e religião pode ser vista através de um soft power, onde o Estado incentivava o distanciamento do clero, mas a moral islâmica servia como fator de coesão social e oposição. Após 1979, com o estabelecimento do Governo Islâmico (Wilayat al-Faqih), o islã xiita se entrelaçou com as políticas do Estado. Os interesses nacionais passaram a estar alinhados com a sharia islâmica, e atores religiosos utilizavam o Estado como instrumento de propagação de seus valores. A influência religiosa deixou de ser branda ou indireta e passou a ter um caráter coercitivo. O Estado passou a fazer uso do hard power para propagar ideais revolucionários, alcançar objetivos nacionais e manter o regime. Exemplos incluem o apoio à invasão da embaixada dos EUA, a utilização da guerra Irã-Iraque para tentar

exportar a revolução, e a formação de proxies iranianas, como o Hezbollah no Líbano, fundamentais para a expansão da influência pós-revolucionária. O abandono de valores ocidentais foi imposto à população iraniana, com a Guarda Revolucionária garantindo a adesão à sharia, sujeitando os cidadãos a punições caso vivessem de forma secularizada.

A teocracia iraniana pós-revolucionária, apesar de autoritária, também teve que lidar com o sistema internacional existente. Buscava transformar a ordem mundial estabelecida, desafiando a legitimidade das esferas seculares (estado, sociedade política, economia de mercado) nos contextos doméstico e internacional. No entanto, o regime necessitou operar dentro das normas do sistema Westfaliano, participando das Nações Unidas, mantendo relações comerciais e operando seu aparato diplomático. Embora proclamasse não acreditar ou aceitar os limites do sistema Westfaliano, o Irã se colocou na interseção entre duas ordens mundiais, desfrutando das proteções formais do sistema mesmo buscando substituí-lo. A Constituição híbrida, misturando poder teocrático e constitucional democrático, já demonstrava essa necessidade de ceder a normas seculares. A experiência de Khomeini de se manter isolado de um mundo secular foi inviabilizada pelas necessidades de um Estado industrializado e moderno. Mudanças concretas para flexibilizar a posição do Irã no sistema ocorreram, especialmente após a morte de Khomeini, sob seus sucessores, que deram início a um "Termidor" iraniano, embora a estrutura teocrática se mantivesse.

Em suma, a política externa iraniana após a Revolução de 1979 passou de uma aliança com os EUA sob o Xá para uma postura radicalmente anti-ocidental e anti-soviética, baseada na ideologia islâmica de Khomeini e no objetivo de exportar a revolução e promover a unidade islâmica. O novo regime teocrático integrou o islã diretamente nas políticas de Estado, utilizando o hard power para atingir seus objetivos. Embora buscasse transformar a ordem mundial, o Irã também operou, de forma híbrida, dentro do sistema internacional existente, com um pragmatismo crescente, especialmente no final do período abordado. “Although relations with the United States remained strained, Tehran did restore diplomatic relations with the major states of Western Europe and toned down its calls for the establishment of an Islamic order in the Middle East” (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 438).

Segundo Haynes (2016), a religião pode desempenhar um papel significativo na política externa de um país através do soft power, definido como a capacidade de atrair e persuadir ao invés de coagir. Ele argumenta que atores religiosos

frequentemente utilizam sua influência para moldar as decisões políticas e alinhar os interesses nacionais com valores espirituais. Esse fenômeno pode ser observado em diversos contextos, como na Arábia Saudita, onde o wahhabismo fundamenta a política externa, e em países como os Estados Unidos e Israel, nos quais o cristianismo protestante e o judaísmo têm impacto direto nas decisões governamentais.

No caso do Irã, até a Revolução Islâmica, a relação entre religião e política era branda e indireta, sendo mediada pelos interesses do regime secular do Xá. A modernização promovida pela Revolução Branca, com sua ocidentalização forçada, enfraqueceu o papel tradicional do clero xiita, distanciando-o dos processos de decisão. Entretanto, após 1979, essa dinâmica mudou drasticamente. A nova estrutura política, ancorada no conceito de Wilayat al-Faqih, não apenas trouxe a religião para o centro do poder político, mas transformou o próprio Estado em um instrumento de propagação religiosa. Nas palavras de Kissinger (2015), “a doutrina de Khomeini concebia o Estado não como uma entidade legítima por si mesma, mas como uma arma a ser empregada segundo a conveniência no contexto de uma luta religiosa mais ampla” (p. 155).

Com a ascensão do Aiatolá Khomeini como Líder Supremo, a religião deixou de ser uma força persuasiva e sutil, típica do soft power, para se tornar um elemento coercitivo. A política externa do Irã passou a ser explicitamente guiada pelos princípios da sharia, como parte de uma missão maior de exportar a Revolução Islâmica. Esse objetivo gerou tensões significativas no Oriente Médio, especialmente com vizinhos como a Arábia Saudita, que viram o xiismo revolucionário de Teerã como uma ameaça direta à ordem regional. Ehteshami (2002) observa que “o xiismo messiânico de Teerã do começo de 1980 coloca um desafio direto ao status quo regional e à integridade política dos vizinhos árabes do Irã” (p. 287).

Assim, é evidente que o modelo proposto por Haynes (2016), no qual a religião influencia a política externa por meio de formas não coercitivas, só se aplica ao Irã no período pré-revolucionário. Após 1979, a fusão entre religião e política transformou o Estado em um ator que utiliza o hard power para atingir seus objetivos, tanto domésticos quanto internacionais.

A Revolução Islâmica de 1979 também representou uma rejeição explícita ao sistema internacional estabelecido pelo Tratado de Westfália de 1648, que separou Estado e religião e consolidou a soberania estatal como princípio fundamental das

relações internacionais. Khomeini desafiou diretamente essa ordem, propondo uma nova visão global baseada na lei divina. Conforme exposto por Kissinger (2015), o Aiatolá acreditava que “todas as instituições políticas no Oriente Médio e para além dele eram ‘ilegítimas’ porque não estavam ‘baseadas na lei divina’” (p. 155).

Essa postura refletia um esforço de romper com os paradigmas ocidentais de governança e promover um modelo alternativo, fundamentado na liderança religiosa e na universalidade do Islã. A nova Constituição iraniana de 1979 incorporou esses princípios ao estabelecer uma soberania híbrida, compartilhada entre Deus e o povo, e ao transformar a sharia em base para todas as decisões políticas e jurídicas. Essa estrutura representou uma mescla entre teocracia e democracia limitada, com o Líder Supremo detendo poder absoluto sobre os três poderes estatais.

Entretanto, apesar da retórica antissecular e antiocidental, o Irã foi forçado a se adaptar às realidades do sistema internacional. Khomeini e seus sucessores enfrentaram constrangimentos impostos pela geopolítica e pela economia global, que limitavam a viabilidade de um isolamento completo. Como observa Kissinger (2015), “o regime clerical iraniano colocou a si mesmo na interseção entre duas ordens mundiais, desfrutando das proteções formais do sistema westfaliano mesmo quando proclamava repetidamente não acreditar nele” (p. 156).

Essa contradição tornou-se evidente na década de 1980, durante a guerra Irã-Iraque. Embora buscasse exportar a Revolução e promover uma unidade islâmica regional, o Irã também precisou engajar-se em negociações diplomáticas e manter relações comerciais para sustentar sua economia. A dependência do petróleo, bem como a posição estratégica do país no Golfo Pérsico, tornaram inevitável sua interação contínua com o sistema internacional. Kaplan (2013) destaca que a localização privilegiada do Irã, entre o Golfo Pérsico e o Mar Cáspio, e sua posse de vastas reservas de petróleo e gás, garantiram sua relevância global, mesmo em um contexto de isolamento político.

Capítulo 5 – O Irã teocrata na geopolítica contemporânea

Desde o Tratado de Westfália, em 1648, o sistema internacional foi moldado pela secularização dos Estados, priorizando a soberania territorial e a não intervenção nos assuntos internos de outros países. Para Jeffrey Haynes (2016), esse modelo foi um reflexo direto da modernização e da secularização, que reduziram a influência da religião

na política global. No entanto, a Revolução Islâmica trouxe uma tentativa explícita de desafiar essa ordem. A doutrina de Khomeini, conforme ressaltado por Kissinger (2015), rejeitava as bases do sistema internacional, considerando-o ilegítimo por não estar fundamentado na lei divina. Khomeini defendia que as relações entre as nações deveriam se basear em valores religiosos, e não em interesses nacionais. Como resultado, o Irã buscou não apenas se afastar do sistema existente, mas também transformá-lo através da exportação dos ideais da Revolução.

Apesar disso, o novo governo logo percebeu que a sustentação de uma teocracia puramente islâmica seria inviável sem concessões ao sistema internacional. A localização estratégica do Irã, somada às suas vastas reservas de petróleo e gás natural, tornava-o um ator indispensável no cenário global. Segundo Kaplan (2013), o Irã possui cerca de 55% das reservas de petróleo cru do mundo, o que lhe confere um papel central tanto para seus vizinhos quanto para os mercados internacionais. Assim, embora Khomeini inicialmente tenha tentado isolar o Irã de influências externas, a dependência econômica e as pressões políticas limitaram suas ambições.

A nova Constituição de 1979, elaborada sob a liderança de Khomeini, criou um sistema de governo híbrido, combinando elementos teocráticos e democráticos. Por um lado, o Líder Supremo foi instituído como a autoridade máxima, detendo poder sobre os três poderes do Estado e sendo responsável por garantir que todas as leis estivessem alinhadas à sharia islâmica. Por outro lado, o sistema incluía eleições para cargos políticos e a existência de um parlamento eleito, o que lhe conferia uma aparência de legitimidade democrática.

Essa estrutura institucional foi resultado de uma necessidade prática. O Irã, que já havia passado por um processo de modernização sob o regime do Xá, não podia ignorar as exigências de progresso técnico-científico e militar impostas pela geopolítica contemporânea. Assim, a Constituição teve que equilibrar os princípios islâmicos com as realidades de um Estado industrializado e moderno. No entanto, como observado por Maloney (2010), as contradições entre os interesses teocráticos e as demandas pragmáticas levaram a conflitos internos no governo, com Khomeini frequentemente utilizando seu poder autoritário para superar os vetos impostos pelo Conselho de Guardiões.

Antes da Revolução Islâmica, a influência da religião na política iraniana era sutil e indireta, caracterizando-se pelo que Jeffrey Haynes (2016) define como *soft power*. Nesse modelo, os atores religiosos buscavam moldar as decisões políticas por meio da persuasão, alinhando os interesses do Estado aos valores espirituais. No entanto, após 1979, essa dinâmica mudou drasticamente. Com a fusão da política e da religião, o Estado tornou-se um instrumento direto de propagação dos ideais revolucionários. Como aponta Armstrong (2001), a experiência de opressão sob o regime do Xá resultou em uma espiritualidade combativa, que transformou o islamismo em uma força repressiva e coercitiva.

A mudança de um *soft power* para um *hard power* ficou evidente nas ações do Irã no sistema internacional. A invasão da embaixada norte-americana em Teerã, em 1979, e o subsequente sequestro de diplomatas por 444 dias, representaram um confronto direto com o Ocidente. Embora o ato tenha sido realizado por estudantes universitários, Khomeini não apenas o apoiou, mas usou o episódio para reafirmar sua oposição aos Estados Unidos, que ele considerava o "Grande Satã".

Um dos pilares do governo pós-revolucionário foi a tentativa de exportar os ideais da Revolução Islâmica para outros países do Oriente Médio. Esse objetivo foi perseguido por meio do apoio a grupos xiitas em países como Líbano, Síria e Iêmen. A formação do Hezbollah no Líbano, por exemplo, foi uma das principais estratégias do Irã para expandir sua influência na região. De acordo com Ehteshami (2002), o apoio iraniano a esses grupos permitiu que o país exercesse poder indireto em áreas estratégicas, desafiando os Estados Unidos e seus aliados.

Essas ações, conhecidas como guerras de procuração (*proxy wars*), são vistas por muitos países ocidentais como práticas terroristas. A Força Quds, uma unidade de elite dos Guardiões da Revolução Islâmica, desempenhou um papel central na coordenação dessas operações. Como destacou a Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2010, a Força Quds é diretamente responsável por operações não convencionais e de inteligência, permitindo ao Irã projetar poder além de suas fronteiras.

Embora o governo de Khomeini tenha buscado transformar a ordem internacional, ele foi forçado a operar dentro de suas limitações. Isso ficou evidente nas relações do Irã com o Ocidente, que foram marcadas por sanções econômicas e isolamento político durante grande parte das décadas de 1980 e 1990.

Entretanto, após a morte de Khomeini em 1989, o Irã começou a adotar uma postura mais pragmática no cenário internacional. Sob a liderança de Ali Khamenei e do presidente Rafsanjani, o país iniciou um processo de abertura econômica e reaproximação diplomática, embora sem abandonar completamente seus ideais revolucionários. Essa transição, descrita por Abrahamian (2008) como o "Termidor iraniano", representou uma tentativa de equilibrar os princípios islâmicos com as demandas do sistema internacional.

Conclusão

Ao longo desta pesquisa, buscou-se analisar, de forma sistemática e crítica, os principais aspectos do recrudescimento religioso que marcou a Revolução Iraniana de 1979 e suas consequências sociais, políticas e geopolíticas, tanto para a sociedade iraniana quanto para o sistema internacional. A partir da revisão histórica dos processos que antecederam a Revolução, a análise das transformações teocráticas e sociais subsequentes e a avaliação das implicações na política externa do Irã, foi possível identificar a complexidade e a singularidade desse evento, que se destaca como uma das principais revoluções do século XX, não apenas pela sua magnitude política, mas sobretudo por ter instaurado um modelo híbrido e contraditório de poder, no qual religião e Estado se fundem de maneira indissociável.

A Revolução Iraniana apresentou-se como uma resposta às pressões internas e externas que acometiam a sociedade iraniana há décadas. A insatisfação popular diante da corrupção, da repressão política e da desigualdade social geradas pelo regime do Xá Reza Pahlavi encontrou no discurso religioso xiita, liderado pelo Aiatolá Ruhollah Khomeini, um elemento catalisador de mobilização e coesão. Todavia, como demonstrado ao longo deste trabalho, o movimento revolucionário não se deu unicamente por motivações religiosas, mas sim como uma confluência de fatores políticos, sociais, econômicos e culturais, sendo a religião o elemento que estruturou e legitimou o novo regime.

A implementação do modelo teocrático xiita sob o princípio do Wilayat al-Faqih alterou profundamente a estrutura do Estado iraniano, impactando diretamente a organização da sociedade civil, a cultura e os direitos individuais, especialmente das mulheres. A consolidação do poder político nas mãos do clero, sob a liderança do Líder Supremo, estabeleceu um sistema onde a jurisprudência islâmica se sobrepõe às garantias civis clássicas, promovendo uma série de restrições aos direitos humanos e à liberdade de

expressão, conforme discutido ao longo da análise das políticas internas do regime pós-revolucionário.

O estudo demonstrou que a repressão de manifestações culturais ocidentais, a imposição de rígidos códigos de conduta e vestimenta e o controle da mídia e da educação configuraram uma tentativa sistemática de desconstrução dos elementos de ocidentalização que haviam sido introduzidos no Irã ao longo do século XX. A islamização da sociedade iraniana, nesse sentido, revelou-se não apenas como um fenômeno religioso, mas como um mecanismo político de controle e legitimação do regime, garantindo sua estabilidade frente às dissidências internas.

No âmbito internacional, a Revolução Iraniana provocou uma reconfiguração das relações do Irã com o restante do mundo, especialmente com os Estados Unidos e com os países do Oriente Médio. A adoção de uma política externa marcada pelo antiocidentalismo e pela tentativa de exportar a Revolução Islâmica evidenciou a fusão entre os interesses religiosos e políticos do regime, que passou a utilizar o hard power como ferramenta central para a expansão de sua influência regional. A formação de proxies, como o Hezbollah no Líbano, e a participação em conflitos por meio de guerras de procuração, consolidaram o papel do Irã como uma potência regional, ao mesmo tempo em que alimentaram as tensões com potências ocidentais e rivais regionais, como a Arábia Saudita.

Contudo, apesar da retórica antiocidental e da rejeição explícita ao sistema internacional estabelecido pelo Tratado de Westfália, o regime iraniano foi compelido a operar pragmaticamente dentro desse sistema, buscando manter relações diplomáticas, participar de organizações internacionais e assegurar sua sobrevivência econômica frente aos sucessivos embargos. Esse pragmatismo, sobretudo após a morte de Khomeini, deu início ao que autores como Abrahamian denominam de "Termidor iraniano", uma fase de moderada flexibilização das posturas mais radicais, sem, contudo, abdicar do modelo teocrático.

A análise dos efeitos sociais do recrudescimento religioso evidencia que, se por um lado a Revolução Islâmica proporcionou ao Irã uma reafirmação de sua identidade cultural e religiosa, desvinculando-se da influência ocidental, por outro, instituiu um regime autoritário que restringe liberdades e direitos fundamentais, e que vem sendo cada vez mais contestado pela própria população iraniana. Esse paradoxo demonstra que o

processo revolucionário de 1979 não pode ser analisado exclusivamente como uma vitória da religiosidade sobre a modernidade, mas sim como a inauguração de um modelo híbrido, tensionado entre tradição e modernização, entre isolamento e pragmatismo, entre repressão e resistência.

Além disso, a Revolução Iraniana teve um impacto significativo sobre a teoria e a prática das relações internacionais, ao demonstrar que, ao contrário das previsões de algumas correntes da modernização, a religião permanece como um fator de extrema relevância nos processos políticos contemporâneos. A emergência do Irã como uma potência teocrática rompeu com a expectativa de que a modernização levaria necessariamente à secularização e à marginalização da religião na política. Pelo contrário, a Revolução demonstrou que a religião pode ser um poderoso elemento de mobilização social e de formulação de políticas estatais, com impactos duradouros tanto no âmbito doméstico quanto no sistema internacional.

Dessa forma, o presente trabalho buscou contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno revolucionário iraniano, destacando sua complexidade e suas múltiplas dimensões. A partir da articulação entre religião, política e sociedade, conclui-se que o recrudescimento religioso no Irã foi simultaneamente causa e consequência da Revolução, moldando profundamente a trajetória do país nas últimas quatro décadas. A experiência iraniana, assim, permanece como um exemplo paradigmático dos desafios e das possibilidades inerentes à interação entre religião e política, e continua a inspirar, direta ou indiretamente, movimentos sociais e políticos em diversas partes do mundo muçulmano e além dele.

Referências bibliográficas:

ABBAS, Amanat. *Iran: A modern History*. Yale University Press, 2017.

Abrahamian, E. (2018). *Iran: A Modern History*. New York: Oxford University Press.

Abrahamian, E. (2008). *A History of Modern Iran*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ansari, Ali M. *Modern Iran Since 1921: The Pahlavis and After*. Longman, 2003.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

Axworthy, M. (2013). *Revolutionary Iran: A History of the Islamic Republic*. London: Penguin Books.

AUTHOR. Religion and Revolution in Iran. JSTOR. Disponível em: <https://www.jstor.org/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?end=2022&locations=IR&start=1960>. Acesso em: 25 de maio 2024.

BBC. Guerra no Iraque e Síria: 'Empoderamento' de mulheres combatentes está mudando equilíbrio de forças no Oriente Médio. BBC News, Londres, 11 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47174927>. Acesso em: 26 maio 2024.

BRUMBERG, Daniel. *Iran: Religious Elements of the 1979 Islamic Revolution*. Berkley Center for Religion, Peace & World Affairs, Georgetown University, 2009. Disponível em: <https://berkleycenter.georgetown.edu/essays/iran-religious-elements-of-the-1979-islamic-revolution>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. *A history of the modern Middle East*. 4. ed. Boulder: Westview Press, 2009.

CNN BRASIL. Saiba quem é a polícia da moralidade do Irã, que pune mulheres há décadas. CNN Brasil, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/saiba-quem-e-a-policia-da-moralidade-do-ira-que-pune-mulheres-ha-decadas/>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

Cronin, Stephanie. *Reza Shah and the Iranian Monarchy*. Routledge, 2003.

Dabashi, H. (2007). *Iran: A People Interrupted*. Nova York: New Press.

DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. 3º Ed., 4º reimpressão- São Paulo: Contexto, 2018.

DW. Os fatos que precederam a revolução islâmica. DW, Bonn, Data de publicação não especificada. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-fatos-que-precederam-a-revolu%C3%A7%C3%A3o-isl%C3%A2mica/a-37068061>. Acesso em: 26 maio 2024.

Encyclopædia Britannica. Ruhollah Khomeini. Britannica, Data de publicação não especificada. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ruhollah-Khomeini>. Acesso em: 26 maio 2024.

G1. Eleições no Irã têm a participação mais baixa da história do regime. G1 Globo, Rio de Janeiro, 4 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/04/eleicoes-no-ira-tem-a-participacao-mais-baixa-da-historia-do-regime.ghtml>. Acesso em: 26 maio 2024.

G1. Milhares de pessoas protestam no Irã para defender o uso do véu. G1 Globo, 23 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/23/milhares-de-pessoas-protestam-no-ira-para-defender-o-uso-do-veu.ghtml>. Acesso em: [25/05/2024].

HERMANN, Charles F. Changing Course: When governments choose to redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, v. 34, n.1, pp. 3-21, 1990.

Keddie, N. R. (2003). *Modern Iran: Roots and Results of Revolution*. New Haven: Yale University Press.

KAPLAN, R. D. *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KISSINGER, H. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

Kinzer, Stephen. *All the Shah's Men: An American Coup and the Roots of Middle East Terror*. Cidade de publicação não especificada: Editora não especificada, Ano de publicação não especificado.

Mottahedeh, R. (1985). *The Mantle of the Prophet: Religion and Politics in Iran*. New York: Pantheon Books.

PETIT JOURNAL - A morte do presidente do Irã. [Podcast]. Apresentado por Petit Journault. [S.l.]: Spotify, 2024. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/3IY4bO03eVjefl2X2RPERj?si=e14ecf7d98614e9a>>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

SANDAL, Nukhet A.; FOX, Jonathan. *Religion in international relations theory: interactions and possibilities*. Routledge, 2013.

THOMAS, S. *The Global resurgence of religion and the transformation of international relations: The struggle for the soul of the twenty-first century*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

UNESCO historical education reports.